

## “A invenção do inventário”

*Revue de l'Art*. Paris, CNRS, nº 87, 1990 <sup>1</sup>.

André Chastel<sup>2</sup>

A ideia de um “inventário geral” dos bens culturais é antiga. Surgiu na época das “Luzes” e foi provavelmente esse aspecto de racionalidade generosa, de doutrina esclarecida que convenceu Malraux<sup>3</sup>, há vinte e sete ou vinte e oito anos. Sob a acção das academias de província, por volta de 1770/80, foram elaboradas perspectivas gerais, por vezes publicadas sob o título ingrato de “estatística”; nelas se fazia menção, ao lado dos recursos agrícolas, económicos, etc., às obras históricas interessantes e até mesmo a algumas belezas naturais. Podia ser ínfimo, mas representava uma inovação, na medida em que não é costume na antiga França atribuir aos edifícios e obras de arte uma importância mais do que anedótica. De facto não encontramos, entre nós, a atenção espontânea para com esse tipo de obras que se verifica noutros países. E se as coisas se modificaram um pouco nestes últimos tempos, foi devido a uma “reparação” cultural para a qual uma iniciativa como o Inventário geral sem dúvida contribuiu.

Dir-se-ia que os franceses se interessam pelos monumentos e pelo seu espaço decorativo sobretudo quando o tempo os transforma em ruínas ou faz desaparecer. Tal como o próprio termo nação, sabemos que o conceito de património e a necessidade de o ter em conta amadureceram rapidamente por entre os sobressaltos da época revolucionária. Após o 10 de Agosto de 1792<sup>4</sup>, os cidadãos avisados acharam-se no direito de suprimir os emblemas da monarquia das portas das cidades, das praças, dos edifícios públicos, sem falar das

---

<sup>1</sup> Tradução e notas de João B. Serra.

<sup>2</sup> André Chastel (1912-1990), historiador de arte, aplicou-se, desde 1962, na elaboração das bases teóricas e organizativas do projecto de inventário. Vide a este propósito a comunicação de Isabelle Balsamo, “André Chastel et l’aventure de l’Inventaire”, in Pierre Nora (dir.), *Actes des Entretiens du Patrimoine. Sciences et Conscience du Patrimoine*. Paris, Fayard, 1997, p. 257-267.

<sup>3</sup> André Georges Malraux (1901-1976) foi Ministro da Cultura de França, entre 1959 e 1969. Foi sob a sua responsabilidade política que se instituíram os princípios do Inventário e foi instalada a Comissão Nacional do Inventário, em 1964. André Chastel foi, no tocante a esta iniciativa, o principal inspirador e patrocinador.

<sup>4</sup> Data em que o povo de Paris invade as Tuileries, forçando a prisão do Rei e da sua família.

estátuas derrubadas, dos túmulos profanados. Mas sobreveio uma dificuldade, que um decreto de Setembro de 1792, tão interessante para nós, enunciou: “é preciso destruir os símbolos do despotismo, mas preservar e conservar honradamente as obras primas das artes, tão dignas de ocupar o ócio e embelezar o território de um povo livre”. Esta distinção não acompanhava – ou acompanhava pouco – o sentido do instinto geral. Vários jacobinos, entre os quais o ilustre Padre Grégoire, perceberam cedo que a igreja e o castelo, constituindo em França símbolos visuais primordiais, se arriscavam a voar em estilhaços se se persistisse – nomeadamente aqueles a quem chamava os furiosos (os loucos de raiva) – no apagamento de todo e qualquer vestígio da opressão e da superstição. Em nenhum outro país do mundo uma tal questão se colocou de forma tão grave.

Como é que a ideia do Inventário geral atravessou tudo isto? Ela avançou pela força das coisas. Os tesouros dos conventos e dos bens confiscados aos emigrados amontoaram-se em armazéns. Uma transferência geral precedeu o Inventário geral que foi, em primeiro lugar, uma espécie de “inventário postmortem” das duas ordens desaparecidas. Nas listas que foi possível encontrar e até nos catálogos sumários dos museus que se formaram, as notícias estão longe de ser satisfatórias, mas os espíritos começavam a aproximar-se do problema e a compreendê-lo na generalidade. Lembraria uma declaração chocante de um relator à Convenção de 1794: “Os monumentos e as antiguidades, poupados e consagrados pelo tempo, conservam interesse para que a história consulte, as artes estudem, os filósofos observe, os nossos olhos apreciem ver, com o tipo de curiosidade que inspiram as coisas, velhas, bem como tudo o que confere uma espécie de existência ao passado – assim são os objectos dos inventários e das investigações da comissão de artes”.

Todos os termos desta análise – digna de Chateaubriand – merecem atenção. Este balanço demasiado optimista de uma experiência precipitada dava a dimensão quase filosófica de uma tarefa que, no futuro, se imporia muitas vezes como um sonho, por vezes como um pesadelo, às autoridades do país, antes de ser realizado cento e sessenta e oito anos mais tarde, graças a André Malraux.

O desastre das destruições faz nascer um sentimento de urgência; seja a guerra civil, a guerra, ou a expansão industrial, o ordenamento, a modernização que devastam uma cidade ou as províncias, exclama-se: nada disto foi devidamente considerado e registado! Mas um sentimento de impotência científica assaltava aqueles que se ocupavam do problema, os

funcionários de Guizot<sup>5</sup>, após os apelos de Montalembert<sup>6</sup> e de Hugo<sup>7</sup>: como identificar, classificar, ilustrar os milhares de edifícios e de objectos dignos de atenção? Serão precisos uns duzentos anos, ironizava Merimée<sup>8</sup>. Podíamos conceber um serviço de protecção dos monumentos históricos, mas a ideia de um recenseamento metódico anulava-se a si própria, como uma utopia. Após os terríveis anos de 1870-1871, Chennevières<sup>9</sup> relançou corajosamente a operação; surgiram alguns volumes, mas o grande programa não foi cumprido: as Sociedades históricas de província, ou os círculos de amadores chegaram para a encomenda. As classificações eram feitas um pouco ao acaso, acabou-se por instituir um modesto “ficheiro arqueológico” alimentado quase só por boas vontades. Infelizmente, os países vizinhos não procederam do mesmo modo. Depois de 1945 era fácil perceber que os institutos de cultura e de história na Grã Bretanha, nos Estados Unidos e na Alemanha partilhavam já recenseamentos sobre a arte francesa que a nossa desatenção deixara à mercê de outrem. A nova Universidade de Sarre lançou mãos ao inventário sistemático da escultura na Lorraine. Creio que o dia em que Marcel Aubert<sup>10</sup> e eu próprio expusemos a situação, André Malraux mediu claramente a oportunidade.

Foi no decurso das reuniões da secção dos Monumentos históricos, no quadro do IV Plano, que pela primeira vez se invocou a necessidade de retomar o projecto tantas vezes abortado de um inquérito base, dotando-o de meios modernos. Esta proposta foi consagrada pela lei do IV Plano de 1962; o decreto que instituiu o Inventário geral, ou mais exactamente a “Comissão nacional encarregada do Inventário geral dos monumentos e obras de arte da França” foi publicado em 1964, após uma minuciosa configuração administrativa devida a Jean Autin e ao seu colaborador Delarozière que veio a ser o primeiro secretário geral do

---

<sup>5</sup>Historiador, François Guizot nasceu em 1787 e morreu em 1874. Foi Primeiro Ministro em 1847.

<sup>6</sup> Homem de letras e político, pertenceu à geração romântica. Charles de Montalembert nasceu em 1810 e morreu em 1870.

<sup>7</sup> Vitor Hugo, grande figura literária do romantismo, nasceu em 1802 e morreu em 1885.

<sup>8</sup> Prosper Merimée nasceu em 1803. Em 1831 foi nomeado por Thiers, então Ministro do Interior, Inspector-geral dos Monumentos Históricos. Ao seu entusiasmo, ao seu esforço, à sua incansável disposição para reconhecer as situações *in loco*, se ficou a dever a elaboração pioneira de uma política de salvaguarda do património e a montagem de uma primeira administração para a executar. Faleceu em 1870. O seu nome foi escolhido para designar a base de dados do património monumental francês.

<sup>9</sup> Philippe de Chennevières-Pointel (1820-1899) foi nomeado director das Belas-artes em 1873, iniciando a elaboração do Inventaire général des richesses d’art de la France.

<sup>10</sup> Marcel Aubert (1884-1962) foi historiador de arte e arquivista.

Inventário. Julien Cain<sup>11</sup> foi o seu primeiro presidente. Quando após a sua morte, a presidência me foi confiada, não tive de me dirigir ao meu amigo Francis Salet<sup>12</sup> para lhe pedir que aceitasse intervir como vice-presidente.

A finalidade do projecto tinha-se tornado clara: *identificar* tudo o que é digno de nota no terreno, de modo a provocar uma tomada de consciência das populações interessadas; *estudar* e classificar, de acordo com as técnicas mais eficientes, edifícios e objectos, de modo a inscrevê-los na memória nacional: explorar o thesaurus<sup>13</sup> assim elaborado, fornecendo uma documentação renovada, 1. aos serviços administrativos frequentemente dotados de dossiers insuficientes, 2. aos serviços de ordenamento territorial muitas vezes ignorantes dos estratos arqueológicos, 3. à história regional e nacional, 4. ao ensino, 5. aos tempos livres.

Para compreender o significado profundo deste programa e a eficácia do seu desenvolvimento basta observar o que se passou nas duas primeiras comissões regionais instituídas: a Alsácia e a Bretanha. Nesta última, em particular, a obra do sábio e do animador exemplar que foi o malgrado André Mussat<sup>14</sup> respondeu a todas estas exigências.

No dia em que empossou a comissão inicial, a 14 de Abril de 1964, Malraux parecia um prestidigitador; o seu discurso encantatório elevou de imediato o projecto ao nível das grandes aventuras do espírito. Julien Cain estava radiante. Nos meses seguintes, Malraux dirigiu-se por diversas vezes à Assembleia declarando: nós temos um Inventário. Esta certeza era encorajadora, mas fazia-nos tremer: numa vintena de regiões, só em duas - a Alsácia e a Bretanha, situadas exactamente nos dois extremos do País, este e oeste, que são territórios particularmente conscientes do seu património – tínhamos tido condições para definir o objecto de trabalho, o equipamento, o pessoal e os materiais mínimos. Foi o começo de uma longa marcha: eram criadas uma ou duas comissões por ano; escolhiam-se as regiões nas quais conservadores de arquivos ou universitários se manifestavam prontos a

---

<sup>11</sup> Julien Cain (1887-1964) foi Director da Biblioteca Nacional Francesa de 1930 a 1964, ano em que se reformou (com excepção do período da 2ª Guerra Mundial em que sofreu perseguições pelo facto de ser de origem judaica).

<sup>12</sup> Francis Salet (1909-2000), historiador de arte.

<sup>13</sup> Instrumento de indexação constituído por palavras-chave que indicam de forma hierarquizada as referências fundamentais de um documento.

<sup>14</sup> André Mussat (1912-1989) foi historiador de arte e professor em Rennes.

dedicarem-se a estes trabalhos inovadores, certos de encontrar o pessoal adequado e de beneficiar da colaboração de especialistas locais, sobretudo se fosse possível facultar-lhes algum material (uma carrinha), recrutar um bom fotógrafo e um ou dois auxiliares, sendo tudo o mais gratuito, totalmente benévolo. Era, em simultâneo, necessário definir e depois ajustar o método, realizar as operações, isto é, criar no terreno verdadeiras estações, por vezes na companhia do conselho municipal, diante de estupefactos miúdos e gente simples, interessados pelas suas casas, as suas fontes, os seus calvários que, todavia, nunca acreditaram fossem tão interessantes. Agora ficamos a sabê-lo, diziam. Há toda uma crónica dos anos iniciais do Inventário; não vejo nenhum inconveniente em que ela se torne tema legendário.

O Inventário geral tem de ser percebido como uma enorme massa de informações. As publicações – de que falarei adiante – não são senão uma dos seus resultados. Dada a sua vocação para a descrição e para o conhecimento, o Inventário não pode ser confundido com o serviço dos Monumentos históricos e não comporta nas suas intervenções acções de protecção; a sua primeira publicação, o Cantão de Carhaix-Plouguer<sup>15</sup>, registou para sempre um elevado número de obras típicas: pontes, quintas ... que mais tarde desapareceram. O Inventário é pois um projecto global. Se à partida foi estabelecido que os bens privados não seriam tomados em conta senão com o acordo dos proprietários, as habitações são sempre assinaladas no contexto que as identifica.

A organização do Inventário respeitava, desde a origem, dois princípios, antecipando a evolução futura:

1º descentralização completa: a exploração útil do património (tomado em sentido lato) não pode ser senão regional. Donde a criação de comissões regionais, dotadas de um vice-presidente (científico), sob a autoridade nominal do Prefeito<sup>16</sup>. Estas comissões pediam colaboração a personalidades exteriores à administração e podiam assim animar o meio provincial. Fiquei consternado ao saber que tinham sido suprimidas pela reforma das estruturas regionais de 1985-86. O Inventário perdeu as suas antenas originais.

2º técnicas modernas: recurso ilimitado à fotografia; criação de ateliers-modelo de cartografia, de desenho de arquitectura, de fotogrametria. Perante a massa previsível dos

---

<sup>15</sup> Localizado na Bretanha.

<sup>16</sup> Nos anos 60, a França pôs em marcha um sistema de administração regional. O Prefeito preside à administração regional e dirige os serviços desconcentrados do Estado de base regional.

dados, preconizou-se, por volta de 1970, um recurso sistemático ao computador, o que abriu a via à modernização dos meios do ministério. Mas o problema era, e continua hoje a ser, o de alimentar em suficiência a máquina para justificar a respectiva utilização. Pergunto-me se não seria prudente, para evitar a acumulação de dossiers manuscritos que aguardam a absorção pelo computador, utilizar uma espécie de “computador de campo” que permitiria, nas mãos de agentes experientes, uma introdução rápida dos dados. Assunto a estudar<sup>17</sup>.

*Exposições e publicações.* Com vinte anos de implementação no conjunto do território, observamos uma progressão regular e satisfatória das manifestações associadas ao projecto. Não esquecerei nunca o efeito tónico da apresentação em 1983, na Igreja de Epau (no Sarthe) magnificamente restaurada, do volume consagrado a Ferté-Bernard. Realizaram-se, e é preciso que continuem a realizar-se sempre, nas províncias festas deste tipo, que confirmem o sentido elevado do projecto. Mas falta à panóplia o mais poderoso dos médias: a televisão. Nunca conseguimos que fosse consagrado ao Inventário mais do que um espaço intervalar, nem sequer o tempo de um clip. Quanto à imprensa, toda a gente pode constatar que ela se entusiasma mais – e de forma banal – com os preços record de algumas pinturas, do que com a descoberta de mosaicos carolíngios ou sublimes estátuas romanas.

O imponente total de 260 títulos – que o Sr. Centilivre me acaba de comunicar – e a diversidade das respectivas rubricas mostra bem que as publicações se abriram em várias direcções, consoante as necessidades. Assim, as *Imagens do Património*, livros-album um pouco mais acessíveis, respondem à legítima procura das autoridades locais. Mas gostaria de dedicar uma particular atenção às obras que exigem dos investigadores um pouco mais de reflexão e de esforço: os dezassete grandes volumes do Inventário dito “topográfico”, que representam o grau mais fino possível da análise no seu contexto geográfico; do outro lado, os cinco grandes títulos dos “princípios de análise científica” – designação um pouco pomposa, sem dúvida, para os vocabulários e os instrumentos de trabalho. É preciso sublinhar que não existia nada de equivalente noutros países, que estes manuais fizeram história, que foram sucesso de livraria e que garantem à França um lugar duradouro à frente deste tipo de projectos em todo o mundo.

---

<sup>17</sup> Chastel escrevia em 1990. Os computadores portáteis generalizaram-se a partir da segunda metade dessa década.

Um acordo firmado com a Imprensa Nacional tornou possíveis estas grandes publicações, de uma qualidade tipográfica e de uma confecção de excepção, e fatalmente muito onerosas. O que, em contrapartida, é acessível a todos, é a documentação consultável pelo público. Tínhamos pensado criar postos de informação, na base de video-fichas, junto das comissões regionais; foram instalados nas Direcções regionais dos assuntos culturais: actualmente esses centros existem em catorze regiões e em breve, asseguram-me, nas vinte e duas regiões.

A força e a originalidade do Inventário geral radicam no trabalho de terreno, na visita atenta às obras e aos sítios. A experiência demonstrou que não bastam as altas qualidades intelectuais para se ser bem sucedido nestes trabalhos e que há consequências a tirar dos concursos de recrutamento: um mínimo de conhecimentos práticos – fotografia, desenho, dactilografia, carta de condução, conhecimento do mundo rural e dos seus usos ... deverão ser exigidos aos futuros agentes. Não podem ser funcionários comuns.

No decurso do seu desenvolvimento, o Inventário geral foi obrigado a prestar atenção a dois tipos de realidade arquitectónica geralmente negligenciados. Em primeiro lugar, a arquitectura menor (a noção tinha sido adoptada há muito em Itália), quer dizer, as construções normalmente sem indicação de data nem de autor que constituem, no entanto, o tecido urbano natural, o que empresta uma fisionomia própria às aldeias e às cidades. Um excelente inquérito realizado no Pays d'Aigues, na Provença, surgido em 1981 na série topográfica, mostrou com uma precisão ímpar como se expressa por este meio o espaço rural. Por outro lado, a arquitectura industrial, objecto de uma súbita promoção histórica, foi tomada em consideração, como seria normal para tudo o que, tornando-se obsoleto, está votado ao esquecimento e ao desaparecimento. Como de costume, foi necessário elaborar uma metodologia de abordagem, em articulação com os sectores de investigação técnica e sociológica pertinentes. Podemos-nos interrogar se, com o passar dos anos e das gerações, não será razoável estender o âmbito do património a numerosos aspectos dos séculos XIX e XX; o limite inferior do Inventário geral deve sempre ser repensável.

No tempo em que a Comissão nacional dependia directamente do Governo, tinha-se esboçado a ideia de prolongar o projecto por uma espécie de museu de arquitectura e do espaço francês, o que teria sido uma das suas resultantes.

Tínhamos sonhado, com o saudoso Louis Godecki<sup>18</sup>, tirar partido do formidável conjunto dos Plantas em relevo, de que o essencial remonta, como se sabe, a Luís XIV. Este novo museu ter-se-ia socorrido de maquetes especialmente fabricadas ou recolhidas, cujo potencial pedagógico é conhecido. Teria sido instalado nas Pequenas Cavalariças em Versailles, ao tempo disponíveis. Uma outra expressão do Inventário geral, em suma. Foi decidido de outra forma e eu prefiro não comentar a actual situação da colecção das plantas, nem o estado do maravilhoso edifício de Luís XIV.

As experiências adquiridas pelo serviço e as normas que estudou tiveram desde cedo alguma repercussão internacional. Bastará lembrar o interesse com que os projectos mais ou menos semelhantes da Europa – compreendidas no sentido convencional, uma vez que a Áustria, a Hungria, a Polónia, a Jugoslávia estavam presentes – aderiram em 1980 a um grande colóquio magistralmente organizado pela Comissão da Alsácia, em Obernai-Bischoffsheim no Baixo Reno. As respectivas Actas foram publicadas em 1984. É evidente, parece-me, que aquela iniciativa deve ser repetida. O ano de 1992 poderia ser uma boa data para isso. Não me parece desculpável faltar a esse encontro.

---

<sup>18</sup> Louis Godecki (1910-1982) foi historiador de arte medieval, especialista em vitral.